

Congresso histórico fortalece união e qualifica atuação da Magistratura

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Congresso da Magistratura, Prêmio Amagis de Jornalismo e confraternização mobilizaram a Classe

Dos dias 30 de novembro a 2 de dezembro, magistrados e magistradas de toda a Minas Gerais participaram do primeiro Congresso da Magistratura Mineira, promovido pela Amagis, em que as palestras e

debates jurídicos e humanistas foram marcados pelo clima de congraçamento e união e que, no dia 3 deste mês, foi reafirmado durante o Encontro de Confraternização da Magistratura Mineira. **PÁGINAS 3 A 25**

Artigo exclusivo:
presidente do
Senado Federal
PÁGINA 19



Rua Albita, 194
Cruzeiro
Belo Horizonte-MG
CEP 30.310-160



Receba informações
da Amagis pelo
Whatsapp
(31) 99881-4367

Envie-nos uma
mensagem
solicitando
a inclusão na lista

Amagis vai ao
CNJ por direito
da Classe
PÁGINA 26

Congresso reafirma que os "sonhos não envelhecem"

LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS *

Depois de um ano de preparação, realizamos o primeiro Congresso da Magistratura mineira, na maturidade dos 67 anos da Amagis, para a Classe e para a sociedade, que é a nossa origem e destinatária de nossa atuação. Esse evento foi sonhado há décadas na Magistratura e chegou em um momento crucial da vida nacional, no qual os debates e os reencontros se fazem inadiáveis.

Foram três dias de palestras e debates qualificados em diversas áreas do direito, cultura e humanidades, cujos temas principais foram a Magistratura, Democracia e a Responsabilidade Social. O evento nos proporcionou reflexões que foram além do direito, como a literatura, a música, longevidade, a importância da Magistratura para a sociedade e para a democracia, o combate à violência contra a mulher, a valorização da imprensa profissional entre outros.

O enfrentamento à Covid 19, com perdas e decepções, nos deixou com saudade de tantos e enorme vontade de conviver e de congregar. A Magistratura mineira é uma função solitária, que carece do espírito de pertencimento e da amizade que nos fortalecem e nos movem. É composta de colegas eméritos, em atuação na 1ª e 2ª Instâncias,

que respeitam o passado, focam o presente e sonham com o futuro.

Nessa perspectiva, fomos brindados com a palestra magna do ministro Carlos Mário Veloso, juiz mineiro que foi presidente do STF e do TSE e o grande artífice das urnas eletrônicas que consagraram a Justiça Eleitoral Brasileira e que são modelo para todo o mundo.

Além do conagraçamento, foi oportunidade histórica para a formação humana e jurídica na qual trocamos ideias sobre temas caros à nossa atuação e ao Judiciário. Nas páginas seguintes, apresentamos um panorama do alcance dos debates qualificados do Congresso, sempre na busca permanente pelo aperfeiçoamento da Justiça.

Ao final, festejamos bons trabalhos da imprensa, por meio do Prêmio Amagis de Jornalismo, a Magistratura que somos, construída por aqueles que abriram as portas para o futuro, e a ternura do Clube da Esquina de Milton Nascimento e sua turma.

Registramos nosso muito obrigado àqueles que participaram do evento. Aos amigos e colegas que não puderam estar presentes, fica a certeza da compreensão e o convite para que no próximo estejam conosco.

(*) Presidente da Amagis

"Além do conagraçamento, foi oportunidade histórica para a formação humana e jurídica na qual trocamos ideias sobre temas caros à nossa atuação e ao Judiciário"



PRESIDENTE
JUIZ LUIZ CARLOS
REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA
Juíza **Rosimere das Graças do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA
Juíza **Roberta Rocha Fonseca**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Juiz **Jair Francisco dos Santos**

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR
Juiz **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE
SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO
Desembargador **Maurício Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE
APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Desembargadora **Heloísa Helena de Ruiz Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA
Juíza **Ivone Campos Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO
Juiz **Evandro Cangussu Melo**

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Juíza **Daniela Cunha Pereira**

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo •
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Imprimaset

TIRAGEM: 2.100 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

DECISÃO

- ABERTURA DO CONGRESSO TEM A PARTICIPAÇÃO DE MAIS DE 400 MAGISTRADOS .3
- MINISTRO ENALTECE A ATUAÇÃO DA MAGISTRATURA PELA DEMOCRACIA .4
- PRÊMIO DA AMAGIS 2022 VALORIZA O JORNALISMO PROFISSIONAL E O JUDICIÁRIO .5
- ESPECIALISTA ADVERTE PARA AVANÇOS E RISCOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL .9
- MAGISTRADOS PROPÕEM REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE LITERATURA E O DIREITO .10
- APACS SÃO TEMAS DE EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA .11
- EQUAÇÃO ENTRE MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE É DESAFIO .12
- AMAGIS CELEBRA CONVÊNIO DE MESTRADO COM A UNIVERSIDADE DE SEVILHA .13
- EVENTO DISCUTE PARCERIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES .14

- CORTELLA PROPÕE LEVAR A VIDA COM CORAGEM .15
- SOCIEDADE VIVE NOVA LONGEVIDADE .16
- TJ ATENDE À AMAGIS E COMEÇA A PAGAR IR RETIDO INDEVIDAMENTE .27
- AMAGIS DEFENDE VTM EM REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO SENADO .28
- MINAS DÁ A SEGUNDA MAIOR VOTAÇÃO DO PAÍS NA ELEIÇÃO DA AMB .29

SAÚDE

- PLANO PARTICIPA DE CONGRESSO POR APRIMORAMENTO .35
- AMAGIS SAÚDE AMPLIA ATENDIMENTO DO CHECK-UP NO INTERIOR E NA CAPITAL .36

CONGRESSO DA MAGISTRATURA

FORÇA DA CLASSE

Abertura do Congresso tem a participação de mais de 400 magistrados

Mais de 400 magistrados e magistradas mineiras participaram, no dia 30 de novembro, da abertura do primeiro Congresso da Magistratura Mineira. A data histórica, que marcou a entrega do Prêmio Amagis de Jornalismo 2022, também contou com a participação de juristas e representantes dos Três Poderes.

Na abertura do evento, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, saudou os presentes e ressaltou a importância do reencontro com magistrados e magistradas de toda a Minas Gerais, após o enfrentamento das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, quando as relações ocorreram de maneira remota.

Ao fazer a entrega da premiação aos jornalistas vencedores, Luiz Carlos des-

“Conclamo aqui um ambiente de paz, tolerância, fraternidade e compreensão com nossas diferenças, que somente podem estar no campo do debate das ideias”

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

tacou o papel do jornalismo profissional, criticando ainda o que qualificou como avalanche de notícias falsas circulando nas redes sociais. Segundo ele, as Fake News contaminaram relações familiares de amizade. “A imprensa tradicional que parecia ter seu espaço destruído pelos novos meios de comunicação, ressurge como a responsável pela conferência das notícias veiculadas, esclarecendo o que de fato é verdadeiro. Mais do que isso, o jornalismo informativo volta a receber, assim, sua credibilidade através da mídia tradicional”, disse.

O presidente da Associação ponderou que este ano foi marcado pela retomada das rotinas, após as pessoas se sentirem confiantes com a vacina da Covid-19, e da realização das eleições, como previsto na Carta Democrática Brasileira. “Ao final deste processo, anunciados os resultados, foram os juizes que se sentiram vitoriosos. Sim, foi devido a essa atua-

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Luiz Carlos ressaltou a importância do reencontro com a Classe



Magistrados de todo o Estado na abertura do Congresso

ção serena e transparente que os eleitores compareceram à votação. Foi graças à tranquilidade de cada juiz titular de zona eleitoral, que foram apresentadas eventuais discussões a respeito do processo de votação. E, dirimidas essas, foi permitido ao eleitorado optar por seus candidatos”, afirmou.

Luiz Carlos ressaltou a importância das urnas eletrônicas para a realização das eleições, e saudou o ministro Carlos Mário da Silva Velloso, então presidente do TSE, que, em 1996, apostou na adoção das urnas eletrônicas para o aprimoramento do processo. “Foi este juiz mineiro de Entre-

Rios de Minas, quem enfrentou o desafio e, por isso, podemos festejar que o ministro Carlos Mário da Silva Velloso, aqui presente, é o grande artífice desta história de serenidade e honestidade que consagrou a justiça Eleitoral Brasileira”, disse.

Ao final de sua saudação, Luiz Carlos reforçou a satisfação da Diretoria em receber a Magistratura e autoridades no Congresso, e disse que o encontro fez bons trabalhos da imprensa, a coragem da Magistratura, sobretudo os que abriram as portas para o futuro, e a ternura do Clube da Esquina. “Tivemos muitos reencontros”, avaliou.

Ministro enaltece a atuação da Magistratura pela democracia

FOTOS: EDUARDO ROCHA

A noite de abertura do Congresso da Magistratura Mineira foi coroada pela conferência do ministro Carlos Mário da Silva Velloso Filho, com o tema “Os sonhos não envelhecem”, que destacou o sonho de criação das urnas eletrônicas e de consolidação da democracia brasileira.

Foi em 1996, quando o ministro presidia o TSE, que as urnas eletrônicas brasileiras foram criadas. Esse ideal, do mineiro de Entre Rios de Minas, começou a ser sonhado ainda no TRE-MG com a totalização dos votos por computador no Estado, antes mesmo da criação das urnas eletrônicas. “Ouvíamos falar do computador. O que era o computador? Era certo ser algo que representava uma revolução”, comentou Velloso, que também presidiu o STF.

Já na Presidência do TSE, o sonho começou a ser colocado em prática com os estudos para a criação das urnas eletrônicas, que contou com a cooperação científica de diversos campos de estudos, que incluía comissões sobre o código eleitoral, reforma partidária, sistema de voto, financiamento de campanha eleitoral e informatização do voto, que lançou os fundamentos da votação eletrônica no País. “As urnas eletrônicas são também resultado de amplo esforço científico brasileiro”, disse o ministro.

“Por que o voto informatizado?”, questionou o ministro em uma breve provocação ao público, chamando atenção para o fato de aqueles que não vivenciaram as eleições anteriores, em voto de papel e urnas de lona, que não se lembram do mapismo, do aproveitamento, mediante fraude de votos em branco, e inúmeros recursos



Ministro Carlos Velloso ressaltou a atuação da Magistratura nas eleições 2022

que acabavam tumultuando a vida política do País. “Em última análise, as fraudes maculavam a vontade popular”, reconheceu ele, garantindo que, ao contrário do que dizem alguns, as urnas eletrônicas acabaram com as fraudes no País.

Carlos Velloso ressaltou que o “ativismo” da Justiça Eleitoral de promover eleições cada vez mais limpas e seguras é constante. Na avaliação dele, as urnas eletrônicas são mais transparentes, sem carimbos e excesso de papel, coisas que, em tempos de inteligência artificial, estão cada vez menos presentes no dia a dia.

Por fim, o ministro destacou o trabalho da Magistratura nas eleições deste ano, em que a eficiência das urnas foi questionada inúmeras vezes. “A Justiça eleitoral, os juízes e juízas brasileiros, de Minas Gerais, foram os grandes vencedores dessas eleições”, concluiu.

Antes de iniciar sua conferência, o ministro Carlos Velloso foi homenageado pela Amagis com a entrega de uma placa pelas mãos do presidente do TRE-MG e ex-presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares.

“A Justiça eleitoral, os juízes e juízas brasileiros, de Minas Gerais, foram os grandes vencedores dessas eleições”

“As urnas eletrônicas são também resultado de amplo esforço científico brasileiro”

“Em última análise, as fraudes maculavam a vontade popular”

Ministro Carlos Velloso



Ministro é homenageado por Luiz Carlos e Maurício Soares

Prêmio Amagis 2022 valoriza o jornalismo profissional e o Judiciário

Na noite inaugural do primeiro Congresso da Magistratura Mineira, 30 de novembro, no Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte, também foi realizada a entrega do primeiro Prêmio Amagis de Jornalismo.

Durante a abertura do Congresso, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, já havia destacado os objetivos do prêmio de incentivar a produção de reportagens sobre a importância do Judiciário e da Magistratura para a sociedade, e a necessidade de se valorizar o jornalismo profissional, principalmente em contraponto às fake news.

Segundo a diretora de Comunicação da Amagis, juíza Daniela Cunha Pereira, que também integra a Amagis Mulher, a publicação de matérias sobre o Poder Judiciário como critério para a participação no prêmio não se trata de fazer propaganda sobre o Judiciário. “O jornalismo tem que ser livre. Nosso objetivo é criar uma interlocução com a imprensa, a fim de que ela nos auxilie no diálogo com a sociedade. E uma forma de fazer isso é, por meio da imprensa, mostrarmos nosso trabalho ao público em geral”.

Foram premiadas matérias publicadas em veículos de imprensa de Minas Gerais, nas categorias impresso, reportagem de rádio, reportagem de televisão, internet, imprensa do interior e fotojornalismo.

As notícias inscritas foram avaliadas pela Comissão Julgadora do Prêmio, for-

EDUARDO ROCHA



Daniela Cunha e Luiz Carlos entregam a premiação aos jornalistas vencedores

“O jornalismo tem que ser livre. Nosso objetivo é criar uma interlocução com a imprensa, a fim de que ela nos auxilie na interlocução com a sociedade. E uma forma de fazer isso é, por meio da imprensa, mostrarmos nosso trabalho ao público em geral”

Juíza Daniela Cunha Pereira
Diretora de Comunicação da Amagis

mada pela desembargadora Lílian Maciel, pela juíza Daniela Cunha Pereira, diretora de Comunicação da Amagis, pelo jornalista Carlos Lindenberg e pela jornalista e professora da PUC Minas Viviane Maia.

A premiação contou o patrocínio da Vale e do Banco do Brasil, e teve o apoio institucional da Associação Mineira de Rádio e TV (Amirt), da Associação Mineira de Municípios (AMM), do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG) e da Academia Mineira de Letras (AML). **Conheça os vencedores do prêmio nas páginas 6 e 7.**

Imprensa enaltece iniciativa da Associação

A divulgação da relação de finalistas do Prêmio Amagis de Jornalismo 2022, no dia 24 de novembro, teve repercussão entre os meios de comunicação, que destacaram a participação dos jornalistas de suas respectivas empresas na premiação.

O grupo Sempre Editora, proprietário dos jornais O Tempo e Super Notícia, e da Rádio Super, destacou, no Portal O Tempo, a indicação dos profissionais nas catego-

rias online, rádio, impresso e fotografia. Eles concorreram com as matérias “Apacs recuperam 86% dos condenados com tímido investimento e método inovador”, de autoria de Aline Diniz, Vitor Fórneas e Juliana Siqueira; ‘Fonte de Conflitos’, de Queila Ariadne, Tatiana Lagôa e Ana Luiza Bongiovanni, e ‘Casais homoafetivos ainda lutam por direitos em processos de adoção’, de Rayllan Oliveira.

A Rádio Super Notícia também foi representada na premiação, com a matéria ‘Família Acolhedora’, de Pedro Nascimento. Na categoria fotojornalismo, o repórter Flávio Tavares foi o vencedor.

O Estado de Minas destacou a premiação em seu portal com o seguinte título: “Jornalistas do Estado de Minas são finalistas no Prêmio Amagis”. Os profissionais foram indicados com as matérias o “Poder feminino no

Judiciário avança, mas ainda é desafio”, da jornalista Mariana Costa, e a “A mancha da fome sobre o mapa de Minas”, de Maicon Costa.

Em seu site, a Rádio Itatiaia também ressaltou a participação na premiação com as matérias especiais das jornalistas Ana Luiza Bongiovanni e Jaqueline Moura, e dos jornalistas Marcelo Sena e Pablo Nogueira, sobre as Apacs e as ações da Justiça para além da sentença.

CONGRESSO DA MAGISTRATURA

JORNALISMO PROFISSIONAL

Conheça os ganhadores do prêmio

INTERNET 1º LUGAR

Casais homoafetivos ainda lutam por direitos em processos de adoção
Por **Rayllan Oliveira** (O Tempo)

LEIA O ARTIGO

INTERNET 2º LUGAR

Apacs recuperam 86% dos condenados com tímido investimento e método inovador
Por **Aline Diniz, Juliana Siqueira e Vitor Fórneas** (O Tempo)

LEIA O ARTIGO

INTERNET 3º LUGAR

FONTE DE CONFLITOS
O simples gesto de beber um copo d'água pode não ser tão simples
Por **Queila Ariadne, Tatiana Lagôa e Ana Luiza Bongiovanni** (O Tempo)

LEIA O ARTIGO

RÁDIO 1º LUGAR

Além da sentença
Por **Marcelo Augusto Barbosa Sena e Pablo Nogueira** (Rádio Itatiaia)

OUÇA A MATÉRIA

RÁDIO 2º LUGAR

A Família acolhedora
Por **Pedro de Alcântara Nascimento** (Rádio Super FM)

OUÇA A MATÉRIA

RÁDIO 3º LUGAR

APACS
Por **Ana Luiza Bongiovanni e Jacqueline Moura** (Rádio Itatiaia)

OUÇA A MATÉRIA

TELEVISÃO 1º LUGAR

Feminicídio
Por **Renato Franco, Andreza Brito, Amanda Amaral, Izabel Zoglio e Victor Caldas** (Rede Minas)

ASSISTA AO VÍDEO

TELEVISÃO 2º LUGAR

Justiça 4.0
Por **Laura Zschaber Guimarães, Aline Scarponi, Sandro Romero e David Duarte** (Rede Minas)

ASSISTA AO VÍDEO

CONGRESSO DA MAGISTRATURA

TELEVISÃO

3º 3º LUGAR

Ressocialização de egressos do sistema prisional
Por **Juliana Maria Pereira dos Santos** (Band Minas)

ASSISTA AO VÍDEO

JORNALISMO IMPRESSO

1º 1º LUGAR

Mulheres são os principais alvos de diversos crimes e violência em Minas Gerais
Por **Rayllan Oliveira e Tatiana Lagôa** (O Tempo)

LEIA A MATÉRIA

JORNALISMO IMPRESSO

2º 2º LUGAR

Poder feminino no Judiciário avança, mas ainda é desafio
Por **Mariana Costa Santos** (Estado de Minas)

JORNALISMO IMPRESSO

3º 3º LUGAR

Fome atinge quase 2 milhões em Minas
Por **Maicon Carlos Costa Santos** (Estado de Minas)

INTERIOR

1º 1º LUGAR

Conheça projetos que ajudam ex-detentos a voltarem ao convívio social
Por **Paula Alves da Silva, Henrique Corrêa, Rogério Nascimento, Alexandre Nobre, Fábio Alexandro e Thiago França** (Globo Montes Claros)

ASSISTA AO VÍDEO

INTERIOR

2º 2º LUGAR

Ubá tem média de 1,5 denúncias de violência doméstica por dia em 2021; como o município encara o problema?
Por **Davi Carlos Acácio** (O Noticiário - Ubá/MG)

FOTOJORNALISMO

VENCEDOR

Foto: **Flávio Tavares** (O Tempo)

"Apacs recuperam 86% dos condenados com tímido investimento e método inovador"

VEJA AS FOTOS

PRÊMIO AMAGIS DE JORNALISMO 2022

AG 18

AVANTGARDE
18 ANOS CONDUZINDO
L A EXCELÊNCIA



AV RAJA GABAGLIA 4343 SANTA LÚCIA CEP 30350577

BELO HORIZONTE MG 31 3264 9797 @avantgardemotors

Especialista adverte para avanços e riscos da inteligência artificial

EDUARDO ROCHA

A inovação tecnológica foi o tema da palestra do advogado José Luiz de Moura Faleiros Júnior, especialista em Direito Digital e Direito Civil, que, na manhã do segundo dia do Congresso, 1º de dezembro, fez uma exposição sobre os “Aspectos jurídicos da utilização de sistemas de inteligência artificial pelo Poder Judiciário”.

Segundo o especialista, não há dúvidas de que os algoritmos são estruturas importantíssimas para o incremento da prestação jurisdicional, não apenas no desempenho de atividades ordinatórias, mas também no auxílio à tomada de decisões. No entanto, ele observou que esses sistemas “não são ‘inteligentes’, pois estão longe do agir ético dos humanos, em que radica o ser pessoa, e também não são totalmente ‘artificiais’, pois dependem de acervo de dados previamente existente para a execução do processamento heurístico”.

A partir dessa compreensão, José Faleiros chamou a atenção para os riscos ligados à adoção desregulada de sistemas algorítmicos, e citou a experiência eu-



Giovani Thibau (Techbiz), desembargador Renato Dresch e Luiz Faleiros

ropeia, que, há anos, tem realizado ricos debates por comissões específicas, instituídas no âmbito do parlamento Europeu. De acordo com ele, no Brasil, há a expectativa de que, neste mês, seja apresentado

substitutivo aos PLs 5.051/19, 21/20 e ao PLS 872/21, por comissão de juristas instituídas pelo Senado, cuja ética no uso da inteligência artificial deve imperar **(veja abaixo minientrevista com o advogado)**.

MINIENTREVISTA COM JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS

Durante o Congresso, o jornal DECISÃO conversou com o advogado José Luiz de Moura Faleiros Junior, que proferiu a palestra “Aspectos jurídicos da utilização de sistemas de inteligência artificial pelo Poder Judiciário”. Veja a seguir os principais pontos desse bate-papo.

Como o senhor avalia o uso dos algoritmos na prestação jurisdicional?

Não há dúvidas de que algoritmos são estruturas importantíssimas para o incremento da prestação jurisdicional, não apenas no desempenho de atividades ordinatórias, mas também no auxílio à tomada de decisões. Deve-se registrar, porém, que tais sistemas não são verdadeiramente “inteligentes”, haja vista a inerência dessa qualidade aos indivíduos humanos.

O que se pode esperar do substitutivo que será apresentado ao Congresso Nacional?

Espera-se que seja apresentado um projeto substitutivo que mais se aproxime da solução adotada na União Europeia, que, há anos, discute a matéria em caráter prospectivo, primando por estratificar cenários possíveis para cada contexto cujo risco deve ser considerado.

Quais aspectos da solução da União Europeia podem estar presentes no substitutivo?

Não há dúvidas de que a ética deve imperar. Tal como a “Carta ética europeia sobre o uso da inteligência artificial nos sistemas judiciais e seu ambiente”, que define o respeito aos direitos fundamentais, a não discriminação, a qualidade e a segurança, a transparência e a explicabilidade para fins de controle, espera-se que sejam positivados, em lei, postulados aptos a nortear o desenvolvimento tecnológico voltado à utilização de algoritmos.

Por que não se pode considerar os algoritmos rigorosamente “inteligentes”?

Estão longe do agir ético dos humanos, em que radica o ser pessoa, e também não são totalmente “artificiais”, pois dependem de acervo de dados previamente existentes para a execução do processamento heurístico. São sistemas de apoio e, como tal, devem ser cautelosamente avaliados e implementados.

Magistrados propõem reflexões sobre a relação entre Literatura e o Direito

As reflexões sobre as artes e a cultura, também fizeram parte do Congresso da Magistratura Mineira, com realização da mesa temática “Magistratura e Literatura”, no segundo dia do evento (1º de dezembro), da qual participaram os desembargadores Humberto Theodoro Junior e Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, a juíza Daniela de Freitas Marques, do TJMMG, e o presidente da Academia Mineira de Letras (AML), Rogério Tavares.

Para o desembargador Humberto Theodoro, se, por um lado, o direito é instrumento de vida, um modo de descobrir os valores, virtudes e os problemas da convivência humana; a arte, por outro, retrata um estado social de costumes e aspirações vividos pela sociedade a cada momento da história. “A aplicação da lei é dada a partir de valores como Justiça, dignidade da pessoa humana, construídos pela própria sociedade, presentes nas obras literárias”, argumentou.

A juíza Daniela Marques ponderou que a literatura, cuja matéria-prima é a palavra, uma manifestação artística da própria humanidade, tem uma ligação umbilical

EDUARDO ROCHA



Humberto Theodoro, Bruno Terra e Daniela Marques, com Rogério Tavares (AML)

com o Direito, uma ciência humana, própria dos conflitos e contradições das sociedades e dos homens.

Mediador do debate, o desembargador Bruno Terra Dias avaliou que a relação entre o direito e a literatura contribui para o estudo e a prática de ambos. Para o magistrado, a literatura ajuda a formar a consciência a partir da qual se estabelecem parâmetros de comparação, de exigência

moral e ética, que servirão de referência à produção do direito.

Rogério Tavares, presidente da AML, observou que a literatura está presente na sociedade desde seus primórdios, acompanhando a humanidade ao longo da história, bem como o Direito, que é também registro histórico. “O Direito é a vitória da civilização e do contrato social sobre a vida selvagem e sobre a barbárie”, comentou

Márcio Borges revela histórias do Clube da Esquina ao Congresso

Concluídos os debates sobre Magistratura e Literatura, foi a vez de a música ocupar o palco do Congresso da Magistratura Mineira, com a palestra, no dia 1º de dezembro, do compositor Márcio Borges, um dos incentivadores do grupo de músicos que deu origem ao movimento chamado de Clube da Esquina e irmão de Lô Borges, um dos maiores parceiros de Milton Nascimento.

De maneira descontraída, o artista traçou um panorama dos 50 anos do Clube da Esquina, a partir de seu contato com

os amigos que viriam dar vida ao movimento artístico, como Milton Nascimento, o Bituca, que Borges conheceu na casa dos seus pais, descansando em sua cama, durante o intervalo de um ensaio. Foi a partir desse inusitado encontro que surgiu a amizade e a parceria com Milton Nascimento.

Márcio Borges também falou de seus primeiros escritos e comentou como seu pai, o jornalista Salomão Borges, reagiu ao descobrir seus textos guardados em uma mala velha. “Você está começando de onde ainda não cheguei”, disse o re-

EDUARDO ROCHA



Juiz Leopoldo Mameluque com o músico Márcio Borges

nomado jornalista ao filho.

Por fim, como quem confessava o “ciúme” de irmão da recém-parceria entre Bituca e Fernando Brant, Márcio Bor-

ges revelou, com carinho, que sua reação ao ler pela primeira vez a letra de Travessia foi a mesma do pai ao ler seus manuscritos iniciais.

Apacs são temas de exposição fotográfica

A fotografia artística e temática também teve destaque durante o Congresso da Magistratura Mineira, com a exposição de fotos do ministro Sebastião Reis, do STJ, retratadas durante visitas às unidades das Apacs de São João del-Rei (Campos das Vertentes) e Belo Horizonte, em setembro de 2022. Na ocasião, ele estava acompanhado do presidente da Amagis, Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos.

Ao comentar a exposição e o trabalho de ressocialização promovido pelas Apacs, o ministro observou que há decisões da Câmara Interamericana de Direitos Humanos

nos impondo medidas a serem tomadas pelo Estado brasileiro em razão das condições insalubres em que se encontram alguns presídios brasileiros.

Segundo Sebastião Reis, no Brasil, em pouco mais de 1.700 estabelecimentos penais superlotados, encontram-se presas mais de 900.000 pessoas. Nesse contexto, tivemos nos últimos anos inúmeras rebeliões e massacres em penitenciárias que causaram a morte de centenas de pessoas.

O ministro afirmou que existem alternativas ao sistema atual que, contraditoriamente, não combate, mas incentiva a criminalidade. Para

EDUARDO ROCHA



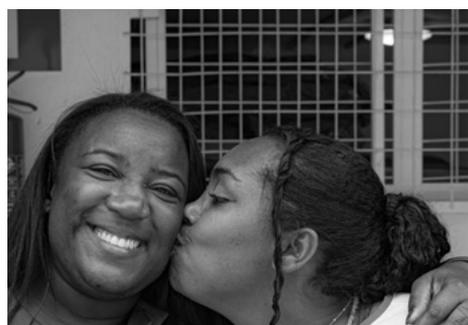
Magistrados, convidados e o ministro na exposição

ele, as Apacs são um caminho a ser divulgado, debatido e, quem sabe, difundido.

“Já disseram antes que ‘O grau de civilização de uma so-

cidade pode ser medido pela maneira como tratam seus prisioneiros’. As Apacs mostram um Brasil civilizado”, afirmou Sebastião Reis.

FOTOS: SEBASTIÃO REIS



Fotos das Apacs de São João del-Rei e Belo Horizonte feitas pelo ministro Sebastião Reis

Equação entre mineração e meio ambiente é desafio

EDUARDO ROCHA

Dedicado aos temas mais relevantes da atualidade, o Congresso promoveu, na tarde do segundo dia de debates, 1º de dezembro, a mesa temática “Meio Ambiente e mineração: uma equação possível?”, da qual participaram a juíza Perla Saliba Brito, o secretário de Meio Ambiente de Belo Horizonte, Mário Werneck, e o presidente da Comissão Especial de Direito Minerário do Conselho Federal da OAB, Eduardo Couto.

A preocupação com as barragens foi um dos temas abordados pelos debatedores. A juíza Perla Saliba Brito, titular da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Brumadinho à época do rompimento da barragem B-I, do Complexo Minerário do Córrego do Feijão, destacou que o desastre trouxe a reflexão acerca da possibilidade da equação entre o meio ambiente sustentável e o exercício da atividade minerária.

A magistrada enfatizou que, diante do cenário trágico e desafiador, foram exigidas do Poder Judiciário medidas urgentes, inéditas, efetivas e de múltiplas naturezas para a garantia dos direitos basilares dos atingidos e para se apurar a responsabilidade pela catástrofe ocorrida. “O aumento da demanda judicial fez com que o Poder Judiciário e demais atores processuais privilegiassem a solução pacífica dos conflitos, lançando mão de meios alternativos como a conciliação e a mediação, evidenciando o seu papel na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e invertendo a arraigada cultura da litigiosidade”, disse a magistrada.



Mário Werneck, Perla Saliba e Eduardo Couto participaram do debate

Outro tema que tem chamado a atenção dos mineiros, especialmente dos belo-horizontinos, é a exploração da atividade minerária na região da Serra do Curral, em Nova Lima. O secretário Mário Werneck esclareceu que o Conjunto Paisagístico da Serra do Curral foi protegido pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (Belo Horizonte), por meio da deliberação nº 147/2003, publicada no Diário Oficial do Município em janeiro de 2004.

De acordo com o secretário, está sob proteção do município, o total de 50,77 km², incluindo a área tombada com 30,06 km² e uma região de entorno com 20,71 km². “As diretrizes de proteção estabelecidas para a Serra visam, dentre outras coisas, impedir a expansão de novas atividades minerárias e promover a recuperação das áreas já degra-

dadas”, reafirmou Mário Werneck.

Em sua intervenção, o advogado Eduardo Couto falou sobre as áreas ambientalmente protegidas em decorrência da atividade extrativa mineral, e procurou demonstrar a importância econômica da indústria extrativa, tanto para Minas Gerais quanto para o Brasil.

O advogado pontuou que a mineração, por explorar um recurso não renovável, tem início, meio e fim. Assim, de acordo com ele, com o término da atividade, as áreas exploradas são recuperadas, como ocorreu com os parques da Mangabeiras (Belo Horizonte) e do Ibirapuera (São Paulo). “Hoje, há uma preocupação muito grande com o meio ambiente, com o desenvolvimento sustentável, a fim de que a atividade extrativa cause menos impacto”, afirmou.

Sinal vermelho contra a violência doméstica

Sônia Helena Tavares de Azevedo
Juíza da Comarca de Bom Despacho

CNI CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais AMB Associação dos Magistrados Brasileiros AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

Amagis celebra convênio de mestrado com a Universidade de Sevilla

Durante a palestra do professor espanhol Miguel Polaino-Orts, no Congresso da Magistratura Mineira, em 1º de dezembro, a Diretoria da Amagis anunciou a assinatura de convênio com a Universidade de Sevilla, que permitirá aos magistrados e magistradas mineiras cursarem mestrado em Direito Penal e Ciências Penais na instituição de ensino.

Os dois primeiros meses da pós-graduação devem ser cursados presencialmente na Universidade de Sevilla e, posteriormente, pode ser realizado por meio virtual. Nos próximos meses, a Amagis irá ampliar o convênio, intensificando os projetos de intercâmbio e a colaboração interinstitucional.

A parceria foi elaborada com auxílio do desembargador Henrique Abi-Ackel Torres, do TJMG, que, durante seu dou-

EDUARDO ROCHA



Luiz Carlos, Miguel Polaino-Orts, Rosimere do Couto e Henrique Abi-Ackel

torado pela Universidade de Sevilla, foi orientado pelo professor Polaino-Orts, e, ainda hoje, mantém relação acadêmica com a instituição.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, destacou a importância do acordo: “O estímulo à formação

permanente, em suas diversas vertentes, acadêmica, artística, filosófica e em outras áreas, é um dos objetivos da nossa gestão. Esse acordo trará incentivos e facilitará a formação dos magistrados e magistradas em uma das universidades mais conceituadas do mundo”, afirmou.

ENERGIA RENOVÁVEL

E MAIS BARATA.



ECONOMIZE ATÉ 20% NA
SUA TARIFA DE ENERGIA.¹



SEM INVESTIMENTOS E SEM
OBRAS EM SEU IMÓVEL.



Garanta seu desconto:
[EVOLUAENERGIA.COM.BR/AMAGIS](https://evoluaenergia.com.br/amagis)

E
EVOLUA
ENERGIA

¹Consulte condições no site.

CONGRESSO DA MAGISTRATURA

INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

Evento discute parcerias no combate à violência contra as mulheres

EDUARDO ROCHA



Juíza Daniela Cunha, integrante da Amagis Mulher, no debate com a jornalista Cristina Fibe

O combate à violência contra as mulheres foi o tema da palestra da jornalista e escritora Cristina Fibe, realizada na manhã do terceiro dia do Congresso da Magistratura Mineira (2 de dezembro), que falou sobre a “Investigação jornalística dos casos de violência contra a mulher e o papel da imprensa”.

A partir de 2018, a jornalista especializou-se na cobertura da violência contra a mulher, quando trabalhava no jornal O Globo e, em agosto daquele ano, passou a investigar a denúncia de uma bailarina holandesa, no Facebook, contra João de Deus, autointitulado médium, por tê-la estuprado. A investigação, em parceria com repórter Helena Borges, resultou no livro-reportagem “João de Deus – O abuso da Fé”, de autoria de Cristina.

Durante a palestra, a escritora contou os bastidores de casos como o do João de Deus, abordou o isolamento das vítimas de violência de gênero, os erros cometidos contra elas, os caminhos para a reparação, a importância da preservação das identidades, a proteção às mulheres e criticou a cultura do estupro.

Com a publicação, na imprensa, da denúncia dos atos de violência sexual cometidos por João de Deus, o autointitulado médium foi preso e, logo, a sociedade passou a ter ciência de que ele havia abusado de centenas de mulheres ao longo de quatro décadas. Para Cristina, o trabalho dos jornalistas é fundamental para combater o silenciamento das vítimas. “O silêncio é o instrumento mais eficaz de perpetuação desses crimes”, afirmou.

A juíza Roberta Chaves Soares, diretora da Amagis Mulheres, ressaltou a importância de o debate sobre a violência doméstica contra as mulheres ocupar cada vez mais espaços, a fim de aprofundar a reflexão sobre o tema e contribuir para o combate a esses crimes.

Com a CRD associado AMAGIS tem Seguro de Vida com condições de excelência.

Aponte a camera do celular e solicite sua cotação sem compromisso



www.crdseguros.com.br
contato@crdseguros.com.br
0800 404 6868

Cortella propõe levar a vida com coragem

Com a palestra “A vida quer da gente é coragem!”, o filósofo e professor **Mario Sergio Cortella** encerrou as atividades do segundo dia (1º/12) do Congresso da Magistratura.

Em terras mineiras, como quem parte do regional para o universal, Cortella abriu sua palestra fazendo referência à obra Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa, e ponderou que uma das ideias mais marcantes do livro é a noção da solidão, de um lugar isolado, em que as veredas oferecem caminhos, escapes e saídas.

“Grande Sertão é uma obra que fala da própria vida”, disse o palestrante ao observar que vivemos um período no qual, em decorrência da pandemia da Covid-19, a ideia de antecipação do fim da nossa realidade fez-se mais presente e tornou-se mais significativa para as pessoas. “Em Grande Sertão, quando Guimarães Rosa diz, na boca de Riobaldo, que viver é perigoso, sempre ocorre uma morte”, observou.

Ainda como parte dessa reflexão, Cortella citou uma charge de Charles Schulz, em que Snoppy e Charlie Brown, sentados à margem de um lago, chegam à conclusão de que, apesar de que um dia todos iremos morrer, viveremos todos os outros dias.

E, como salientou o palestrante, é preciso ter coragem para viver. “Não uma coragem inconsequente, mas aquela em que nos preparamos para os desafios, para enfrentar nossos medos”, apontou. Cortella chamou atenção para o fato de que ter coragem não é garantia de sucesso, de êxito, mas, sim, da possibilidade de as veredas se abrirem. “Coragem não é ausência de medo, é a capacidade de enfrentá-lo”, disse o filósofo, ao salientar, ainda, que, acima de tudo, precisamos ter coragem para reconhecer nossas fragilidades.

Segundo Cortella, para acharmos veredas, é preciso termos otimismo, não de

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Cortella falou da importância de reconhecer as fragilidades para enfrentar os medos



Reflexão e descontração marcaram a palestra do filósofo

maneira ingênua, mas consciente de que ser otimista é algo trabalhoso, pois, para seguir adiante, sem pessimismo, é preciso se esforçar, ir atrás, buscar seus objetivos, acreditar que é possível fazer as coisas. “A primeira coisa que você precisa para sair do grande sertão é saber que está no grande sertão”, orientou o palestrante, observando ainda que estava diante de homens e mulheres capazes de encontrar e fazer as

peças encontrarem veredas.

A palestra do professor Cortella contou com as participações do presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e da vice-presidente da Amagis e da AMB, juíza Rosimere das Graças do Couto, que ressaltaram o momento especial de conagração proporcionado pelo Congresso e a alegria de verem reunidos magistrados, magistradas e seus familiares.

“Grande Sertão é uma obra que fala da própria vida”

“Coragem não é ausência de medo, é a capacidade de enfrentá-lo”

Mario Sergio Cortella

Sociedade vive nova longevidade

A partir de sua própria história, Cris Páz, escritora e produtora de conteúdo, problematizou o envelhecimento, a longevidade e o etarismo, na palestra “Revolução da longevidade e seus impactos nas relações familiares, sociais e profissionais”, proferida na manhã de 2 de dezembro, terceiro dia do Congresso da Magistratura.

Cris Páz observou que não há contradição entre longevidade e o envelhecimento, que estão associados ao mesmo fato social: a passagem do tempo. “Qual o objetivo da nossa vida? Uma vida longa! E uma vida longa é uma vida em que envelhecemos”, observou.

A escritora chamou a atenção para o fato de o envelhecimento trazer um impacto muito grande para uma sociedade que não se preparou. Na avaliação de Cris Páz, é comum olharmos as pessoas mais velhas como víamos as gerações passadas, sem considerar que vivemos

EDUARDO ROCHA



Cris Páz criticou o preconceito associado à idade

uma nova longevidade.

É nesse contexto, que, segundo a escritora, o etarismo tira as pessoas do convívio em sociedade, reduz postos de trabalho de indivíduos em plena capacidade ativa, entre outras formas de discriminação, que trazem solidão. “É urgente lutar contra esse

preconceito, pois seremos vítimas de algo que nós mesmos construímos”, afirmou.

Por outro lado, ela ponderou que também é etarismo chegar aos 80 anos achando que se sabe tudo. “Talvez, a força da longevidade esteja na possibilidade de aprendermos mais a cada dia”, sugeriu.

An advertisement for the Jeep Commander. The main image shows a silver Jeep Commander SUV parked on a dirt road in a natural setting. The car's name 'COMMANDER' is visible on the front license plate area. Three inset images highlight features: 'AMPLO ESPAÇO INTERNO COM 7 LUGARES' (interior view), 'ACABAMENTO PREMIUM' (close-up of leather), and 'ADVENTURE INTELLIGENCE COM ALEXA INTEGRADA' (infotainment screen).

**JEEP
COMMANDER**

JEEP COMMANDER DIESEL
[A PRONTA ENTREGA]
[EMPLACAMENTO E IPVA 2023 GRÁTIS]

NEGOCIE COM UM GERENTE E GARANTA UM BRINDE EXCLUSIVO JEEP

Av. Contorno, 10.601 - Barro Preto
Av. Antônio Carlos, 6366 - Pampulha

31 3478-0300
stradajEEP

Strada | Jeep

Valido para veículos disponíveis em estoque ate 13/01/2023 ou enquanto durar o estoque consulte condições.

Ministro defende a adoção de precedentes por uma Justiça célere

O encerramento do Congresso da Magistratura Mineira, no dia 2 de dezembro, contou com a palestra do ministro Sebastião Reis, do STJ, cujo tema foi “A importância dos precedentes”. A mesa foi composta pelo desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis, e pelo 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Alberto Vilas Boas.

Na abertura da palestra, o ministro demonstrou números do STJ, como os 11.774 processos que haviam sido distribuídos a ele até aquela manhã. A partir de dados concretos, Sebastião Reis ressaltou a importância da adoção dos precedentes, que, de acordo com ele, devem orientar a atuação de todos os atores de um processo, em busca da redução de feitos no Judiciário.

Segundo o ministro, a responsabilidade pelo grande volume de feitos é de todos os envolvidos no processo penal (Magistratura, Ministério Público e advocacia). No entanto, ele observou que não há um culpado único pelo problema, nem mesmo aquele que tenha um peso maior nessa situação, pois todos têm sua parcela de responsabilidade.

Para Sebastião Reis, a Magistratura ainda é resistente na aceitação das teses consolidadas, a advocacia em reconhecer sua responsabilidade com teses que contrariam precedentes já consolidados nos tribunais, e o Ministério Público, por exemplo, enfrenta dificuldade para conviver com as medidas cautelares.

De acordo com o magistrado, para fazer frente a esse desafio o STJ tem ampliado o

diálogo com os tribunais, não apenas para falar, mas também para ouvir e compreender a posição da Magistratura, do Ministério Público e da advocacia, a fim de construir a melhor alternativa em favor da adoção de precedentes.

No âmbito interno, a Corte criou a Comissão Gestora de Precedentes, cuja missão é coordenar os procedimentos administrativos decorrentes do julgamento de casos repetitivos, de incidentes de assunção de competência, suspensão em incidente de resolução de demandas repetitivas, bem como do monitoramento e sistematização das informações relativas ao julgamento das ações coletivas.

Na avaliação do ministro, a adoção dos precedentes trará mais eficiência à Justiça, propiciará uma prestação jurisdicional harmônica e célere, em que haverá mais tempo para a análise de questões mais complexas e menor custo financeiro com menos processos. “Passaremos a ter tempo para discutir os temas de maior relevância, nos debruçar em teses novas”, concluiu.

APRESENTAÇÃO

Na abertura da palestra, o desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis, apresentou o palestrante e afirmou que o ministro Sebastião Reis é um vanguardista, uma espécie de repositório de jurisprudência,

“Passaremos a ter tempo para discutir os temas de maior relevância, nos debruçar em teses novas”

Sebastião Reis
Ministro do STJ

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Alberto Vilas Boas, Nelson Missias e Sebastião Reis



Magistrados e Magistradas durante a palestra do ministro

um magistrado que resguarda a Constituição do País, forjada pela presença do povo no Parlamento, no período em que o Brasil vivenciava a reabertura democrática. “A Constituição deve ser preservada e cabe a cada um nós, juízes e juízas, respeitá-la, tê-la em nossa mesa”.

O 1º vice-presidente do

TJMG, desembargador Alberto Vilas Boas, que integrou a mesa do debate, disse que o ministro é uma referência para a Magistratura, cuja atuação é marcada pelo respeito à Constituição.

Sobre os precedentes, Vilas Boas frisou que é preciso imprimir uma racionalidade no julgar para que o Judiciário não se enfraqueça como um todo. Ele ainda saudou o presidente da Amagis, Luiz Carlos Rezende e Santos, pela iniciativa do Congresso e de ter o ministro Sebastião Reis entre os palestrantes do evento.

Especialistas discutem ações contra sonegação e devedores contumazes

EDUARDO ROCHA

As políticas de combate à sonegação fiscal e às ações fraudulentas também foram tema do Congresso da Magistratura Mineira que, em 1º de dezembro, segundo dia do evento, promoveu a mesa temática “Sonegação e Devedor Contumaz”.

Participaram da mesa, o vice-presidente Jurídico e de Relações Institucionais da Ipiranga, Guido Rogério Macedo Silveira Filho, o superintendente-adjunto da Receita Federal na 6ª Região Fiscal, Guilherme Diogo, e o promotor de Justiça Rodrigo Storino, do Ministério Público de Minas Gerais. O vice-presidente Sociocultural-esportivo da Amagis, desembargador Maurício Pinto Ferreira, mediu o debate.

Segundo Guido Filho, em decorrência de fraudes relacionadas ao combustível, seja de qualidade ou quantidade (adulteração), o Estado deixa de arrecadar anualmente cerca de R\$ 15 bilhões. Ele alertou que essa prática costuma ser associada a outras ações criminosas, como a lavagem de dinheiro.

Além da sonegação e das fraudes, o vice-presidente Jurídico da Ipiranga falou sobre a ação dos devedores contumazes, que declaram a dívida tributária, mas de forma reiterada e premeditada sem a intenção de quitá-la, causando não só prejuízos aos cofres públicos, mas também uma concorrência desleal.

Como parte das ações de combate a atividades ilícitas no setor, Guido Filho citou propostas do Instituto Combustível Legal, que defende a instituição de forças-tarefa



Guilherme Diogo, Maurício Ferreira, Rodrigo Storino e Guido Filho

permanentes de fiscalização, revisão das legislações com penas mais rígidas para empresas fraudulentas, caracterização da figura do devedor contumaz e a simplificação tributária.

Com relação aos tributos, Guilherme Diogo, superintendente Adjunto da Receita Federal, observou que a sonegação gera mais prejuízos aos cofres públicos do que a corrupção, comprometendo quase 30% de toda a arrecadação. Esse rombo, de acordo com ele, compromete políticas públicas em áreas fundamentais como a saúde e a educação.

De acordo com o superintendente, atualmente, a Receita Federal tem buscado uma relação cooperativa com as empresas baseada na transparência, boa-fé e confiança, a fim de facilitar a relação com elas e combater a sonegação. A adoção desse modelo tem como um de seus objetivos evitar o litígio e prejuízos aos cofres públicos. “Se diminuirmos a sonegação não poderíamos reduzir a carga tributária?”, questionou.

O promotor Rodrigo Sto-

rino também falou sobre os impactos sociais do crime tributário, que por falta de arrecadação dá prejuízo aos cofres públicos, afeta a livre concorrência, gera monopólios e uma série de distorções no mercado.

Storino afirmou que, desde sempre, o MPMG tem atuado contra essas práticas e, há 20 anos, após o assassinato do promotor de Justiça Lins do Rego, deu início aos trabalhos do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), criado formalmente há 15 anos.

Segundo o promotor, o Cira tem, como eixos estruturantes, o planejamento, a metodologia, responsabilidade, comunicação, treinamento, operação, e atua no combate à estruturação da fraude tributária, que vai além dos crimes fiscais. “A criminalidade relacionada à fraude tributária não é só corporativa, mas também violenta”, afirmou Rodrigo Storino.

CHICO LINS

Mediador do debate, o desembargador Maurício Pin-

to Ferreira, em referência ao promotor de Justiça Francisco Lins do Rego, morto a tiros por combater a adulteração de combustíveis em BH e região metropolitana, disse que as questões relativas à sonegação fiscal e a adulteração de combustíveis deixou marcas inesquecíveis em Minas, mas não esquecidos.

“Já se passaram 20 anos, mas, até hoje, o assassinato do promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos ainda sensibiliza integrantes do Ministério Público, da Magistratura e da sociedade de Minas Gerais”, comentou o desembargador.

O crime ocorreu no dia 25 de janeiro de 2002, no cruzamento da rua Joaquim Murinho com Avenida Prudente de Moraes, na região centro-sul de Belo Horizonte, quando o promotor ia para o trabalho. “O momento é dedicado à memória do promotor de Justiça Francisco Lins do Rego, o Chico Lins. Que a terra lhe seja leve”, disse Maurício Ferreira.

Aprimorar a harmonia entre Poderes é desafio para o Brasil

A independência
entre os três Poderes
afirma-se como um
limite à concentração
de poder

SENADOR RODRIGO PACHECO*

O sistema político brasileiro caracteriza-se pelo regime democrático e pela separação de Poderes. Ambos são princípios fundamentais do ordenamento jurídico pátrio, conforme estabelecido nos arts. 1º e 2º da Constituição Federal de 1988. Embora figurem em dispositivos distintos da Carta Magna, esses princípios sustentam um ao outro, e juntos constituem os pilares do Estado Democrático de Direito brasileiro — assim como de qualquer outra democracia moderna.

Nesse contexto, a independência entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário afirma-se, primordialmente, como um limite à concentração de poder nas mãos de agentes políticos específicos, na conhecida formulação do Barão de Montesquieu: instituições com competências, autonomia e limites, capazes de conter possíveis excessos dos órgãos congêneres. Mas há outros aspectos desse princípio que são fundamentais à manutenção do regime democrático.

Destaco a necessidade de as relações entre os Poderes terem natureza harmônica, como manda o art. 2º da Constituição. Não se trata, obviamente, de os políticos e magistrados evitarem conflitos, ou resolvê-los mediante “acertos de gabinetes” de natureza opaca e antidemocrática; mas de abordá-los de maneira transparente e institucional, com polidez e respeito mútuo e obediência às decisões e às competências dos demais Poderes. Uma práxis política conforme esse ideal é imprescindível à democracia por vários motivos.

Em primeiro lugar, garante a estabilidade necessária para desenvolver o País, combater a miséria e a carestia e trazer aos lares dos brasileiros a prosperidade. É sabida a erosão do ideal

democrático em conjunturas de crise econômica; por causa disso, é necessário que os agentes políticos façam a sua parte na manutenção de um ambiente estável, em que o intercâmbio de ideias e a competição de projetos políticos não se degenerem em notícias falsas e acusações sem provas.

Segundo, uma relação harmônica entre os Poderes melhora a eficiência da atuação do Estado. O excesso

“É sabida a erosão do ideal democrático em conjunturas de crise econômica; por causa disso, é necessário que os agentes políticos façam a sua parte na manutenção de um ambiente estável, em que o intercâmbio de ideias e a competição de projetos políticos não se degenerem em notícias falsas e acusações sem provas”

“(…) um relacionamento harmonioso entre os Poderes reforça a vitalidade do regime democrático, na medida em que incentiva a percepção popular de que os conflitos se resolvem pela aplicação das regras, e não por meio de apelos de natureza autoritária e populista. Em outras palavras, é preciso que os cidadãos acreditem na política como um sistema legítimo”

de judicialização de políticas públicas é um custo de transação relevante, um dos componentes do chamado “custo-Brasil”. Também um fator que agrava nossas mazelas sociais. É preciso que as ações do Estado sejam vistas como eficientes, para que o regime democrático tenha a credibilidade que sua posição de fundamento constitucional supõe.

Terceiro, um relacionamento harmonioso entre os Poderes reforça a vitalidade do regime democrático, na medida em que incentiva a percepção popular de que os conflitos se resolvem pela aplicação das regras, e não por meio de apelos de natureza autoritária e populista. Em outras palavras, é preciso que os cidadãos acreditem na política como um sistema legítimo.

Os anos recentes assistiram a abalos nas relações entre os Poderes em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. As novas tecnologias remodelaram as estratégias políticas, apresentando desafios de regulamentação aos Estados. A crise econômica e humanitária da pandemia esgarçou o tecido social, acentuando fraturas ideológicas. A contestação infundada de procedimentos eleitorais tornou-se lugar-comum indefensável, porque nega a legitimidade do elemento mais básico da democracia.

Norberto Bobbio, um dos maiores juristas do século XX, defendeu em “O futuro da democracia – uma defesa das regras do jogo” que se estudasse a democracia como “o governo do poder público em público”. A faceta pública do desenlace democrático abrange também a harmonia entre os Poderes. Melhorá-la é um dos grandes desafios para o Brasil nos próximos anos.

(*) Presidente do Congresso Nacional

CONGRESSO EM FOTOS

FOTOS: EDUARDO ROCHA



CONGRESSO EM FOTOS

FOTOS: EDUARDO ROCHA





Feliz Natal e um próspero 2023

Conheça nossos leilões judiciais eletrônicos...

Leiloeiros devidamente cadastrados no sistema
AJG | Resolução 882/2018 artigo 18 (indicação direta)

Realize leilão com quem é especialista

0800 242 2218

indicacao@mgl.com.br



Escaneie o QR Code

Nesta hora de alegria, de paz e amor, ao Grupo Crédito agradece todos os clientes que ao longo do 2022 nos ajudaram a evoluir e confiaram no nosso profissionalismo e competência.

Feliz Natal e um Bom Ano Novo!



GRUPOCRÉDITO

Soluções para todas as fases processuais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

ENCONTRO DA MAGISTRAURA

REENCONTRO

Magistratura celebra união da classe em confraternização

EDUARDO ROCHA

Magistrados e magistradas de todo o Estado, pensionistas e familiares, celebraram, no dia 3 de dezembro, a união da Classe durante a Confraternização da Magistratura Mineira, que foi embalada pelo show da Banda Biquini Cavado. A confraternização foi realizada um dia após o histórico Congresso da Magistratura Mineira, promovido em Belo Horizonte, no Hotel Ouro Minas, de 30 de novembro a 2 de dezembro.

Durante a confraternização, ao cumprimentar os participantes, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, disse que, após mais de dois anos angustiantes de pandemia, que obrigou a todos ao isolamento, a palavra que melhor definiu o evento é reencontro. “Esse foi um reencontro que reafirmou nossa união, nossos propósitos comuns, a alegria de estarmos juntos e a leveza da convivência. Estamos caminhando para encerrar um ano de desafios e conquistas. Esse reencontro nos inspira e nos revitaliza para iniciarmos um novo ciclo”, afirmou Luiz Carlos. (Veja fotos do encontro nas páginas 24 e 25)



Magistrados e magistradas no show da banda Biquini Cavado

Arthur Bernardes

RESIDENCIAL



UM EDIFÍCIO CENTENÁRIO
E REPLETO DE HISTÓRIA
AGORA PODE FAZER
PARTE DA SUA VIDA.

KLASH

Descubra o equilíbrio entre **modernidade**
e **tradicionalidade** em um ponto altamente
nobre do **Lourdes**.

3 QUARTOS | 114 M²
2 SUÍTES | 70 M²

LAZER ÚNICO E EXCLUSIVO

SAIBA MAIS:

 www.epo.com.br |  (31) 99678-4422

Confira o nosso desconto no **ITBI**,
exclusivo* para você, que é associado da
AMAGIS e deseja adquirir um produto **EPO**.

*Consulte as condições válidas até **31/12/2022**. Imagem ilustrativa.

ENCONTRO DA MAGISTRAURA

FOTOS: EDUARDO ROCHA



ENCONTRO DA MAGISTRAURA

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Amagis vai ao CNJ pelo pagamento de vantagens pessoais

A Diretoria da Amagis requereu ao CNJ, no dia 25 de novembro, a admissão da Associação na qualidade de *amicus curiae* ou de interessada, para atuar no pedido de providências nº 0006279-60.2022.2.00.0000, do TJMG, relacionado à autorização para pagamento de valores referentes a direitos pecuniários dos magistrados mineiros (vantagens pessoais), conforme a decisão do Órgão Especial do Tribunal em 14 de setembro deste ano.

Antes de protocolizar a petição, segundo sugestão da comitiva de magistrados aposentados recebida pela Diretoria, na sede da Amagis, no dia 17 de novembro, a Associação apresentou nota técnica à Presidência do TJMG, demonstrando que a decisão do CNJ sobre os valores adicionais somente suspendeu o pagamento das parcelas retroativas, não impedindo a implementação imediata do direito.

Tendo em vista a relevância da questão discutida para toda a Classe no pedido de providências do TJMG, além da admissão como *amicus curiae* ou interessada, a Associação requereu que, para fins de autorização, seja desconsiderada a parte das informações da Presidência do Tribunal que não retrata a decisão do Órgão Especial sobre as vantagens pessoais.

No documento, a Diretoria também solicitou que fosse indicado à Presidência do TJMG quanto ao cumprimento da decisão do Órgão Especial relativa à implantação das vantagens pessoais da Magistratura, observado o teto constitucional.

A Associação ainda ponderou a respeito da inexistência de qualquer impedimento para a respectiva implantação do direito, a fim de evitar os riscos in-



Petição protocolizada pela Amagis no Conselho Nacional de Justiça

rentes à responsabilidade administrativa do gestor, uma vez que matéria já foi decidida pelo STF.

COMITIVA

No dia 17 de novembro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a vice-presidente de Aposentados Pensionistas, desembargadora Heloísa Combat, e membros da Diretoria receberam uma comitiva de magistrados aposentados, com a qual conversaram sobre pendências relativas aos créditos derivados da irreduzibilidade, vantagens pessoais da Magistratura e o desconto indevido sobre juros moratórios no imposto de renda.

Com relação aos descontos indevidos de imposto de renda, Luiz Carlos salientou a informação de previsão de quitação de parte desses valores partir do dia 5 deste mês. O presidente da Associação também adiantou

que, em 16 de dezembro, deve ser paga parcela adicional do PAE e de 15 dias de conversão em pecúnia do banco de horas.

Durante a reunião, a comitiva recomendou que a Amagis se habilitasse (como já aconteceu) no procedimento do CNJ quanto à pendência relativa aos créditos de parte da Magistratura como “*Amicus Curiae*”, a fim de que a decisão do Órgão Especial prevaleça na sua inteireza.

Participaram da reunião, os desembargadores Dídimo Inocêncio de Paula, Nicolau Masselli, Antônio Armando dos Anjos, Alberto Henrique (diretor de Assuntos Jurídicos da Amagis), e os juízes José Martinho Nunes Coelho, Fernando Humberto dos Santos, Jair Francisco dos Santos (vice-presidente de Saúde da Amagis), Auro Aparecido (ouvidor da Associação), Afonso José de Andrade, Carlos Roberto Loiola e José Maria Vieira Starling.

EU LEIO O DECISÃO

O DECISÃO, para nós juízes, é fundamental. Primeiro, porque ele traz as notícias associativas que, às vezes, pela correria do nosso trabalho não temos como nos informar sobre tudo o que foi feito pela Associação em favor da nossa carreira. Segundo, pelo lado do entretenimento, dos artigos dos magistrados, das notícias sobre o interior e as informações sobre a Amagis Saúde. É bom ter isso tudo em casa, com um conteúdo bem delineado e de forma didática.

Desembargador Doorgal Andrada

AMAGIS



DEFESA DA MAGISTRATURA

RESTITUIÇÃO

TJ atende à Amagis e começa a pagar IR retido indevidamente

O TJMG deu início, no dia 5 deste mês, à restituição de imposto de renda indevidamente retido sobre juros moratórios relativos ao tema 808 do STF, conforme determinado pelo Órgão Especial do Tribunal, em 14 de setembro.

A confirmação do pagamento foi antecipada pelo primeiro vice-presidente do TJMG, desembargador Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa, ao presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, no dia 17 de novembro, conforme informe reservado da Associação à Classe.

No comunicado aos magistrados e magistradas, o

presidente Luiz Carlos manifestou a satisfação da Diretoria não só pelo atendimento do pleito da Classe, mas também pelo fato de a Presidência do TJMG disponibilizar, no Portal RH do Tribunal, a informação dos valores devidos a cada um dos beneficiários.

“A Amagis reconhece o esforço da Direção do Tribunal para o reembolso das parcelas indevidamente descontadas de parte da Classe. Continua confiante na breve regularização dos pedidos ainda pendentes, certa do bom canal de diálogo que sempre existiu com o TJMG”, afirmou o presidente Luiz Carlos.

EDUARDO ROCHA



Alberto Vilas Boas com Luiz Carlos, presidente da Amagis

Você sabia

que existe uma agência da RE/MAX, a maior rede imobiliária do mundo, que vende um imóvel a cada 20 segundos e está presente em mais de 118 países, com atendimento exclusivo para os magistrados?

Somos um escritório imobiliário especializado na compra e venda de imóveis na região centro-sul de BH, especialmente nas imediações do Tribunal de Justiça/MG.

Estamos localizados em um dos andares corporativos do prédio da Amagis, bem aqui no coração da zona sul, no bairro Cruzeiro.

“Como empresário do mercado imobiliário, sei de toda deferência e discrição que a classe demanda” enfatiza Leonardo Abud, Broker/Owner da RE/MAX JUS e filho do saudoso desembargador José Carlos Abud.

Se você quer vender ou comprar um imóvel, fale conosco! Temos condições especiais para você que é magistrado e um time de especialistas à disposição para melhor atendê-lo.



FONE: 31 99662-3378 / 31 3586-8858
Rua Albita, 194 - Sala 504 - Cruzeiro - Belo Horizonte/MG
leonardoabud@remax.com.br

IMOBILIÁRIA
RE/MAX
CRECI 5853-J
JUS

A imobiliária do magistrado



Amagis defende VTM em reunião com o presidente do Senado

Em reunião com o senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal, realizada em 22 de novembro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, defendeu a aprovação da PEC 63/2013, que institui a Valorização Por Tempo de Magistratura (VTM). A proposta está pronta para ir à votação em plenário do Senado. Participaram do encontro, a vice-presidente Administrativa da Associação e vice-presidente de Assuntos Jurídicos da AMB, juíza Rosimere das Graças do Couto, o ex-presidente da Amagis e do TJMG, desembargador Nelson Missias, e a presidente da AMB, juíza Renata Gil.

O encontro com o senador Rodrigo Pacheco ocorreu logo após a reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, realizada no mesmo dia, em Brasília, quando os dirigentes associativos decidiram intensificar a atuação, no Congresso Nacional, pela aprovação da PEC.

O presidente da Amagis ressaltou a receptividade do presidente do Senado com relação aos temas de interesse do Judiciário e da Magistratura, particularmente a PEC da VTM.



Nelson Missias, Renata Gil, Rodrigo Pacheco, Rosimere do Couto e Luiz Carlos no Senado

Segundo Luiz Carlos, a expectativa é que a proposta seja colocada para votação em plenário o mais breve possível.

De acordo com o desembargador Nelson Missias, a tramitação da PEC da VTM avançou muito durante a gestão da presidente Renata Gil e a expectativa é de que seja aprovada. “A aprovação da VTM será a única forma de retornarmos à paridade entre ativos e inati-

vos, que é a espinha dorsal da Magistratura”, disse.

A juíza Rosimere do Couto observou que, além da PEC da VTM, outros assuntos de interesse da Classe foram discutidos com o senador e continuarão sendo objeto de tratativas com os parlamentares no Congresso Nacional. “A atuação pela valorização da Magistratura é um trabalho permanente, feito diariamente pelas As-

sociações em seus estados e em Brasília”, afirmou.

Ainda em 22 novembro, foi realizada a reunião da Coordenadoria dos Aposentados e da Secretaria de Pensionistas da AMB, da qual a diretora de Obras Sociais da Amagis, juíza Marli Braga, participou representando a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargadora Heloísa Combat.

8 DE DEZEMBRO DIA DA JUSTIÇA

Uma homenagem da Amagis aos magistrados, magistradas e servidores, que, diariamente, trabalham pela Justiça e pacificação social.



Minas dá a segunda maior votação do País na eleição da AMB

O juiz paranaense Frederico Mendes Junior tomou posse como presidente da AMB, no dia 12 de dezembro, ao triênio 2023/2025. No mesmo evento, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, foi empossada como vice-presidente. O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, prestigiou a cerimônia.

A chapa única Combatividade, Coragem e União foi eleita com 6.030 votos, em 11 de novembro, e teve uma votação expressiva em Minas Gerais. A Magistratura mineira participou com 601 dos votos, a segunda maior votação do País, ficando atrás somente do Paraná, estado natal do novo presidente da AMB.

Ao comentar a votação em Minas, a juíza Rosimere do Couto ressaltou a participação de desembargadores e desembargadoras, juízas e juizes de todo o Estado. “A votação mostrou a representatividade de Minas junto à AMB. Vamos com muita força, garra e união para o trabalho que iremos realizar na AMB”, afirmou.

O juiz Frederico Mendes Júnior agradeceu a confiança da Magistratura brasileira e afirmou que a Diretoria assumirá com muita vontade de trabalhar. “É um grupo muito coeso, que foi se aglutinando. Na vida, não se constrói nada sozinho. Acredito muito na força desse conjunto de pessoas”, disse.



Luiz Carlos, Frederico Mendes e Rosimere do Couto durante a posse na AMB

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ressaltou a tranquilidade de poder contar o grupo de magistrados eleitos para dirigir a AMB. “Confiamos no trabalho do Frederico e sabemos que ele possui excelentes projetos para a Magistratura. Além disso, ficamos ainda mais seguros sabendo que ele conta com o apoio da nossa querida Rosimere”, comentou.

Segundo o desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis e do TJMG, o novo presidente da AMB, juiz Frederico Mendes Júnior, preparou-se ao longo de sua vida para assumir a missão de representar a Magistratura brasileira e o faz, em um momento crucial

para a Classe, ladeado por importantes lideranças associativas de todo o País.

“Minas emprestou ao Frederico uma juíza extraordinariamente preparada, muito consciente de sua missão: a nossa querida amiga Rosimere do Couto. Participarão desta Diretoria, muitos outros colegas do Estado, como o Jair Francisco, que atuará como secretário-geral adjunto e coordenador da segurança. O Luiz Carlos, um grande líder da Magistratura, que foi um artífice dessa grandiosa vitória do Frederico, também terá atuação importante”, comentou Nelson Missias, que será diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura, da AMB.

NOVA DIRETORIA DA AMB

PRESIDENTE

Frederico Mendes Junior (Amapar)

VICE-PRESIDENTES

Andrea Cristina de Souza Haus Waldrigues (Amatra 12)
 Ângelo Antonio Alencar dos Santos (Amma)
 Cláudio Luís Martinewski (AJURIS)
 Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho (Amepe)
 Eunice Bitencourt Haddad (Amaerj)
 Fernando Chemin Cury (Amamsul)
 Joriza Magalhães Pinheiro (ACM)
 Julianne Freire Marques (Asmeto)
 Marcelo Pizolati (AMC)
 Nilton Santos Oliveira (Apamagis)
 Patrícia Machado Carrijo (Asmegeo)
 Rosimere das Graças do Couto (Amagis)

COORDENADORES

Justiça Estadual: Vanessa Ribeiro Mateus (Apamagis)
 Justiça Federal: Anderson Furlan Freire da Silva
 Justiça do Trabalho: Sérgio Polastro Ribeiro (Amatra 15)
 Justiça Militar: Paulo Adib Casseb (Amajme)
 Aposentados: Leila Torelly Fraga (AJURIS)

CONSELHO FISCAL

Alexandre Miguel (Ameron)
 Gustavo Adolfo Plech Pereira (Amase)
 Jussara Schittler dos Santos Wandscheer (AMC)
 Marianne Júdice de Mattos (Amages)
 Thiago Brandão de Almeida (Amapi)

AÇÃO SOCIAL

APOIO FINANCEIRO

Bazar beneficente arrecada fundos para o Nutris

O bazar beneficente promovido com o apoio da Amagis, em seu salão de festas, dos dias 8 a 10 de novembro, arrecadou R\$ 7 mil para o Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) e o Núcleo de Arte e Cultura (NAC). O dinheiro será utilizado para ajudar a pagar as contas de final de ano da instituição, como as despesas de pessoal.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, acompanhado do

juiz Aloysio Libano de Paula Júnior, visitou os expositores e ressaltou a importância do trabalho realizado pelo Nutris e o NAC, em favor de 300 crianças de famílias de baixa renda do bairro Mariano de Abreu, na região Leste de Belo Horizonte.

Durante o bazar, os visitantes puderam antecipar suas compras de Natal, adquirindo produtos como roupas, bolsas, artesanatos, bijuterias finas, perfumes,

maquiagens, artigos infantó-juvenis, arte, decoração, cama, mesa e banho.

As atividades do Nutris e do NAC são mantidas com o apoio da Magistratura mineira. Os interessados em contribuir com as instituições, seja com a doação em dinheiro ou de produtos essenciais ao funcionamento dos Núcleos, podem ter mais informações pelos telefones (31) 3485-6035, no Nutris, ou (31) 3079-3471, na Amagis.

AMAGIS



Feira foi realizada no Salão de Festas da Amagis



OURO MINAS. O HOTEL OFICIAL
DA AMAGIS EM BELO HORIZONTE.
Associados AMAGIS têm tarifa especial.

MAIS INFORMAÇÕES:
(31) 3429-4001 | (31) 99463-4001
RESERVAS@OUROMINAS.COM.BR
OUROMINAS.COM.BR


OUROMINAS
HOTEL & EVENTS

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JUNIOR
CORREGEDOR-GERAL DE
JUSTIÇA DE MINAS GERAIS



Diálogo e eficiência

Aproximar a Corregedoria de magistrados e servidores. Essa, segundo o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, é a principal meta de sua gestão, que também assume, como desafio, a racionalização dos julgamentos. Para isso, o órgão contará com a criação de uma central de triagem, capaz de identificar demandas repetitivas e fazer frente a ações predatórias.

Qual a principal meta da Corregedoria-Geral de Justiça?

A principal meta da nossa gestão é a aproximação com os magistrados e servidores. A Corregedoria-Geral de Justiça é a gestora da primeira instância. Portanto, nada mais justo do que nós estarmos mais próximos de todos que nos ajudam a distribuir Justiça, a fim de conhecermos melhor seus anseios e preocupações, para, a partir daí, trilharmos o caminho que beneficia o jurisdicionado.

A Corregedoria tem aperfeiçoado sua forma de atuação. O que mudou?

Atualmente, o corregedor-geral de Justiça é muito menos um censor, como era considerado no passado, pois, hoje, assume muito mais a característica de um facilitador da prestação jurisdicional. As funções de orientação da Corregedoria e a busca pela aproximação superam o aspecto disciplinar do órgão. A Corregedoria não perde essa função, que é determinada por lei, mas, pensando no jurisdicionado, ela precisa estar próxima e orientar tanto magistrados quanto servidores.

Em quais momentos, a Corregedoria pode atuar como órgão orientador?

Enfrentamos uma contradição no Judiciário nacional que é a informatização. Se, por um lado, percebemos vantagens extremamente relevantes com a virtualização dos processos, por outro, temos alguns problemas com as inovações, que exigem aprimoramento. O Processo Judicial Eletrônico (PJe), por exemplo, apresenta intercorrências em certos momentos. Com aproximação e transparência, a Corregedoria pode demonstrar tanto para magistrados e servidores o que o Tribunal está fazendo para melhorar os sistemas processuais. Temos que dar sustentação para as novas tecnologias e avançar.

Como a Corregedoria pretende atuar para racionalizar os julgamentos?

Não podemos mais ter uma atuação dos magistrados e servidores como ocorria há dez, vinte anos, pois o número de processos teve um aumento exponencial e nós precisamos racionalizar o serviço. Uma das maneiras é identificar as demandas semelhantes, para que elas recebam uma decisão uniforme, em favor não só da celeridade, mas também da segurança jurídica. Hoje, nós temos mecanismos que permitem essa racionalização, como os incidentes de demandas repetitivas e de assunção de competência. Na Corregedoria, pretendo, em contato com os magistrados da 1ª instância e com a 1ª Vice-presidência do Tribunal, adotar a sistemática de precedentes a fim de agilizar os julgamentos.

Como funcionará a central de triagem?

A central de triagem vai analisar as demandas a partir do momento em que elas são distribuídas, com o objetivo de apurar imediatamente a existência das chamadas demandas repetitivas. Precisamos atuar com inteligência, pois o número de processos não permite que os juízes e servidores atuem de forma artesanal como no passado.

Como fazer frente às demandas predatórias?

No que se refere às chamadas demandas predatórias, a central de triagem tem uma importância muito grande, porque essas ações, que não visam um objetivo para o próprio autor, para o jurisdicionado e não têm propósito claro, serão apuradas na distribuição, pela central de triagem, para, a partir daí, o Tribunal conferir uma decisão coletiva a todas essas demandas.

“Nada mais justo do que nós estarmos mais próximos de todos que nos ajudam a distribuir Justiça (magistrados e servidores), a fim de conhecermos melhor seus anseios e preocupações, para, a partir daí, trilharmos o caminho que beneficia o jurisdicionado”

Convênio favorece parcerias entre a Amagis e o TCE-MG

IZABELA MACHADO

Convênio firmado, no dia 7 de novembro, entre o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), conselheiro Mauri Torres, formalizou o credenciamento da Associação ao Tribunal e passou a facilitar acordos e parcerias em favor das instituições e de seus membros.

Segundo o presidente Luiz Carlos, a assinatura do convênio celebrou a união e o fortalecimento das instituições, cuja atuação é norteadada pelos princípios da ética, cordialidade, imparcialidade e cooperação. “A Amagis e o TCE são instituições comprometidas com a defesa dos valores democráticos”, afirmou.

Mauri Torres destacou a representatividade da Amagis e sua importância na interlocução com os Poderes e a sociedade civil. “A Amagis é uma Associação de grandes dimensões e de forte atuação, e seu presidente é uma pessoa muito dedicada. Estamos muito felizes e honrados em poder atuar ao lado da Associação”, comentou. O conselheiro Durval Ângelo, corregedor do TCE-MG, participou do ato de assinatura do convênio.



Conselheiros Durval Ângelo e Mauri Torres com o presidente Luiz Carlos

BOM DESPACHO

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 9 de setembro, na sede da Associação, a visita de representantes 70ª subseção da OAB-MG, de Bom Despacho, cidade natal de Luiz Carlos. No encontro, do qual participaram os advogados Alexandre Simão de Araújo, Jane Azevedo da Silva, Tiago de Freitas Cabral, Rodrigo Machado e Haroldo Celso de Assunção, foram discutidos temas interesse da Magistratura e da advocacia.

IZABELA MACHADO



AS FÉRIAS DE FIM DE ANO ESTÃO CHEGANDO

ESCOLHA O SEU DESTINO E ANTECIPE A COMPRA DA SUA MOEDA ESTRANGEIRA

DELIVERY GRATUITO para Belo Horizonte e região (consulte condições)

Escaneie e baixe o app da Picchioni

Disponível na App Store

Disponível no Google Play

Associados AMAGIS têm Desconto Especial na compra de dólar ou euro

Use os cupons **USDAMG** **EURAMG**

Central de Atendimento **(31) 3517-0000**

site | loja virtual **www.picchioni.com.br**

Instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil
Ouvidoria: 0800 801 7100



2016

A participação da Amagis durante ato de Defesa da Justiça, em frente ao STF, em Brasília foi destaque do Decisão.



2014

Campanha da Associação dedicada à valorização nos meios de comunicação foi ressaltada no jornal Decisão.



PROGRAMA DE TV

Pensamento Jurídico faz 20 anos com debate qualificado

O programa **Pensamento Jurídico**, produzido pelo Departamento de Comunicação da Amagis, e veiculado para todo o País pela TV Justiça, do STF, completa, neste mês, 20 anos propiciando ao público debate de qualidade sobre o Direito e o Judiciário.

O programa foi criado na gestão do desembargador Doorgal Andrada, que presidiu a Associação no biênio 2002-2003, como parte do planejamento estratégico de comunicação, com o propósito de tornar a Amagis e a Magistratura mineira mais conhecida e valorizada pela sociedade.

O Pensamento Jurídico é apresentado pelo jornalista Orion Teixeira, produzido e dirigido pela jornalista Izabela Machado, e a cada edição conta com a participação de um magistrado ou magistrada, que esclarece o público a respeito de temas como colaboração premiada, direito e bioética, políticas autocompositivas e cultura da paz, entre outros assuntos da atualidade.

Desde sua criação, o Pensamento Jurídico pode ser assistido na TV Justiça, que, igualmente, completou duas décadas neste ano. No início, o programa era gravado

AMAGIS



Pensamento Jurídico é gravado no estúdio da Associação

em parceria com a TV Comunitária, que também veiculava a atração.

Com o passar dos anos, o programa foi aprimorado e, hoje, é gravado no Espaço Ministro Paulo Medina, estúdio de TV da Amagis inaugurado ano passado, na gestão do desembargador Alberto Diniz Júnior (2019-2021), reduzindo custos e ganhando mais autonomia em sua programação.

O Pensamento Jurídico segue incorporando o uso de novas tecnologias, como as de comunicação em vídeo por meio remoto, ampliando e facilitando a já tradicional participação da Magistratura do interior a cada nova edição.

Além de ser veiculado pela TV Justiça, nas terça-feira (21h), quinta-feira (13h), e aos domingos (4h30), o programa pode ser assistido [youtube.com/amagismg](https://www.youtube.com/amagismg).



CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM PROTEÇÃO DE DADOS

CONTROLE PROTEÇÃO SEGURANÇA

+ DE 50 PROJETOS

+ DE 25 ANOS DE EXPERIÊNCIA

SISTEMA EXCLUSIVO DE GESTÃO LGPD

Mais de 50 projetos de adequação LGPD executados.

A HDPO conta com um time de especialistas em implantação de projetos LGPD com **mais de 25 anos de experiência** em Direito Médico e Gestão de Saúde.

Plataforma on-line que facilita o processo de adequação à LGPD.

hdpo.com.br

(031) 9 8208-9292

contato@hdpo.com.br

PENSAMENTO JURÍDICO



TRIBUNAL DO JÚRI

Quase dois mil casos de feminicídio e de tentativa de assassinato de mulheres foram julgados em 2021, um aumento de 193% em relação a 2020. Quais são as novidades do Tribunal do Júri com destaque para esse crime? O juiz Leopoldo Mameluque, da Corregedoria-geral de Justiça de Minas Gerais, e autor do livro “Manual do novo Júri”, respondeu a essas questões. (Foto)

ESCUATA ATIVA

As ouvidorias fazem a interlocução de um órgão público com a sociedade. Como é esse desafio quando falamos de Justiça Eleitoral em um contexto de fake news? Como é feito o trabalho do ouvidor e de que maneira pode melhorar os serviços públicos? Para responder a essas e outras questões, o Pensamento Jurídico convidou o juiz Marcelo Paulo Salgado, ouvidor do TRE-MG.

TELETRABALHO

O Judiciário avalia a possibilidade de ampliação da atuação virtual ou se o modelo adotado durante a pandemia foi provisório. Quais são os desafios do teletrabalho e seus reflexos? Para conversar sobre o assunto, o programa recebeu a desembargadora Luzia Divina de Paula Peixoto, superintendente de Gestão do Trabalho a Distância e de Apoio à Prestação Jurisdicional do TJMG.

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Nos últimos anos, cresceram no País o protagonismo e a importância da jurisdição constitucional. O que vem a ser esse conceito e qual o seu alcance? Como fica a relação entre poderes e com os direitos humanos? Para falar sobre o assunto, o Pensamento Jurídico conversou com o juiz Renzzo Giacomo Ronchi, titular do Juizado Especial da Comarca de Teófilo Otoni. Assista ao programa também no YouTube.

CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

Horários:

terça-feira, às 21h (inédito), quinta-feira, às 13h, e domingo, às 4h30 (reprises)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

TELEMARKETING ABUSIVO

Dados da Serasa Experian indicam que há cerca de 68 milhões de inadimplentes no País. Em razão disso, empresas de cobrança ligam de forma abusiva para os consumidores devedores. Para falar sobre o assunto, o Via Justiça conversou com o juiz Vitor Luís de Almeida, do Juizado Especial de Montes Claros, e o advogado Rômulo Brasil, especialista em Direito do Consumidor. (Foto)

NEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS

O Programa de Atendimento ao Superendividado (PAS) oferece aos consumidores muito endividados apoio de uma equipe multidisciplinar na negociação das dívidas, além de educação financeira. O Via Justiça conversou sobre o tema com o juiz Clayton Rosa de Resende, do Cejusc de Belo Horizonte, e o promotor de Justiça Glauber Sérgio Tatagiba do Carmo, coordenador do Procon-MPMG.

UNIÃO ESTÁVEL

Quais os direitos do parceiro em uma união estável? Como é feita a partilha de bens na dissolução da união? Como é o direito sucessório na união estável? O juiz da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga, Altair Resende de Alvarenga, e a advogada Romelita Tavares Santos Alvim, especialista em Direito de família e Sucessões, falaram sobre o assunto. Assista ao programa também no YouTube.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

De que maneira inovações tecnológicas, como a inteligência artificial, podem aprimorar os serviços judiciários e reduzir custos? Como os operadores do Direito têm se adaptado às tecnologias? O juiz Paulo José Rezende Borges, do Juizado Especial da Comarca de João Monlevade, e o advogado Alexandre Atheniense, especialista em Direito Digital, responderam a essas perguntas.

VIA JUSTIÇA



CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

Horários:

TV Justiça: quarta-feira, às 9h30 (inédito), domingo às 21h e terça às 4h (reprises)

TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

TV Assembleia:

Net e Oi TV (11), Sinal aberto digital (61,2) e analógico UHF (35)

TV

Assembleia

Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



Plano participa de Congresso por aprimoramento

UNIDAS



Leandro Karnal falou sobre os desafios da sustentabilidade

Como parte das ações de aprimoramento do plano, a Amagis Saúde participou do 25º Congresso da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), realizado de 16 a 18 de novembro, em Florianópolis (SC), quando foi debatido dos desafios para a sustentabilidade dos planos de saúde de autogestão.

Entre os temas discutidos durante o evento, estão a transformação digital da saúde e as perspectivas em inovação, como a adoção da tecnologia 5G. Com relação à atenção aos usuários dos planos de saúde, foi abordada a interação com o público, o cuidado centrado na

pessoa e a eficiência na assistência hospitalar.

Na conferência de abertura, foi feito um balanço da saúde no Brasil nos últimos 20 anos, problematizando as perspectivas para as próximas décadas. A palestra de encerramento foi proferida pelo historiador e professor Leandro Karnal sobre “O futuro começa hoje: os desafios para a sustentabilidade”.

No evento, a gerente de Saúde da Amagis e diretora técnica da UNIDAS, Marina Shizuko, mediou o debate sobre o impacto na Saúde Suplementar com a promulgação das Leis 14.307 e 14.454.

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Jair Francisco dos Santos

DIRETOR DE SAÚDE
Edison Feital Leite

DIRETORA FINANCEIRA
Flávia Birchal de Moura

CONSELHO GESTOR:
SEGUNDA INSTÂNCIA

Edison Feital Leite
Marco Aurélio Ferezini

Suplentes
Valéria Rodrigues Queiroz
Guilherme Azeredo Passos

JUÍZES DA CAPITAL
Flávia Birchal de Moura
Renato Luiz Faraco

Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Cláudia Aparecida Coimbra Alves

JUÍZES DO INTERIOR
Elxander Camargos Diniz
Josselma Lopes da Silva Lages

Suplentes
Fabiano Garcia Veronez
Marcelo Carlos Cândido

APOSENTADOS
Ana Maria de Oliveira Froes
José Nicolau Masselli

SUPLENTES
Maura Angélica Ferreira
José Maria dos Reis

OUIDOR DA AMAGIS SAÚDE
Auro Aparecido Maia de Andrade

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Imprimaset

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

DICAS DA AMAGIS SAÚDE

O que é a oxigenoterapia domiciliar?

É um tratamento cujo objetivo é manter as taxas de oxigênio acima de 90% no corpo. Essa é a quantidade ideal para o organismo funcionar normalmente.

É reembolsável?

A Amagis Saúde oferece reembolso de locação de oxigênio domiciliar (concentrador e/ou cilindro), limitado a 75% do valor das despesas pagas pelo associado.

Como solicitar o reembolso?

O associado deve encaminhar, para a Amagis Saúde, requerimento assinado pelo titular com as seguintes informações: pedido médico contendo a justificativa, nota fiscal ou recibo, tempo de uso diário, método terapêutico usado, fluxo de oxigênio e informar dados bancários.

Quando é recomendado?

Em casos nos quais pacientes com doenças respiratórias crônicas precisam de suplementação diária de oxigênio.

Dúvidas?

Entre em contato com o setor de reembolso da Amagis pelo telefone (31) 3079-3482 ou pelo e-mail reembolso@amagis.com.br.

COBERTURA

Amagis Saúde amplia atendimento do check-up no interior e na capital

A fim de ampliar o atendimento oferecido aos usuários do plano, a Amagis Saúde credenciou, em novembro, a Clínica Private, em São Paulo, e o Instituto Orizonti, em Belo Horizonte, para realizar exames pelo Programa de Check-up, oferecido gratuitamente aos associados, dependentes e seus agregados.

O credenciamento da clínica paulista tem como objetivo ampliar o atendimento do check-up da Amagis para os associados que atuam no interior do Estado, principalmente para aqueles beneficiários do plano, cujas comarcas estão mais próximas de São Paulo. Para ser atendido pela Clínica Private, o associado deve ser usuário do plano Grupo de Estados.

Na capital mineira, os ma-

gistrados também podem ser atendidos na Clínica Check-up Center e no Hospital Mater Dei. No interior, o plano tem como parceiros os hospitais Monte Sinai (Juiz de Fora), Márcio Cunha (Ipatinga), o Instituto de Patologia Clínica/Sabin (Uberlândia) e a Check-Up Center Norte de Minas (Montes Claros).

Para ter mais informações sobre credenciados que realizam o check-up os associados devem entrar em contato com a Amagis Saúde pelo telefone (31) 3079-3499 (ramal: 3407) ou pelo e-mail checkup@amagis.com.br.

O PROGRAMA

O programa Check-up da Amagis Saúde é oferecido gratuitamente a todos os usuários do plano (titulares,

INSTITUTO ORIZONTI



Instituto Orizonti também realiza os exames do check-up

dependentes e agregados), que tenham 35 anos ou mais. Os exames podem ser realizados em qualquer mês do ano, desde que haja um intervalo mínimo de 12 meses entre um check-up e outro.

Para realizar os exames, é necessária a autorização

prévia para a realização da Amagis Saúde. Para isso, ao entrar em contato com o prestador de serviço para agendar o serviço, o associado deve solicitar ao atendente que peça a autorização para os procedimentos à Amagis Saúde.

NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	ESPECIALIDADES	NOME DO PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
BELO HORIZONTE	NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA	NEUROHEALTH SERVIÇOS MÉDICOS	AVENIDA RAJA GABÁGLIA, N° 2000, SALA 224, TORRE 2, ESTORIL	(31) 99430-3702
DIVINÓPOLIS	GASTROENTEROLOGIA	GASTRO CENTER DIVINÓPOLIS	AVENIDA GETÚLIO VARGAS, N° 780, SALA 02, CENTRO	(37) 99902-4113
JANUÁRIA	FISIOTERAPIA	ROGÉRIA RIBEIRO	RUA CAMILO ALVES LELIS, N° 537, CENTRO	(38) 99129-7280 (38) 99905-3642
POUSO ALEGRE	HOSPITAL GERAL	HOSPITAL RENASCENTISTA	RUA SALVADOR DOS SANTOS NORA, N° 76, SANTA DOROTÉIA	(35) 3449-4700